

Teoria da Constituição

Marcelo Leonardo Tavares



- 1) Qual é a contribuição de John Locke para o conceito de Poder Constituinte?
- 2) Qual é a diferença da abordagem do Constitucionalismo de matriz americana e de matriz francesa?
- 3) Como se pode conceituar o Poder Constituinte?
- 4) Qual Poder Constituinte é mais limitado materialmente, o reformador ou o decorrente?



- 5) O que é Recepção?
- 6) O que é Repristinação Constitucional? Qual é a diferença entre Repristinação e efeito repristinatório em controle de constitucionalidade?
- 7) Existem cláusulas pétreas implícitas?
- 8) O que é mutação constitucional?



9) Analise a narrativa a seguir.

- (I) Um grupo de cento e vinte Deputados Federais subscreveu proposta de emenda constitucional;
- (II) a proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- (III) nesse período, parte do país foi atingida por calamidade natural de grandes proporções;
- (IV) a proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de três quintos dos respectivos membros;
- (V) a proposta foi promulgada pelo Presidente da República.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional, os itens

- a) II, III e V.
- b) I, II e IV.
- c) I, IV e V.
- d) I e V.
- e) III e IV.



10) A respeito da teoria do poder constituinte e dos processos formais e informais de modificação constitucional, assinale a alternativa correta.

- a) O poder constituinte decorrente é exercido no âmbito dos Estados e Municípios e consiste no poder de auto-organização conferido aos entes federativos.
- b) Representam limitações ao poder constituinte decorrente as normas de observância obrigatória, os princípios constitucionais sensíveis e os princípios constitucionais estabelecidos.
- c) Consiste em limitação material ao poder de reforma a alteração de norma constitucional que trate de direitos ou garantias constitucionais.
- d) Por se tratar de posicionamento que limita a atuação do Poder Legislativo, a doutrina não reconhece, em regra, a existência de cláusulas pétreas implícitas.
- e) A mutação constitucional é o processo de modificação informal da constituição, podendo ser realizada mediante interpretação que extrapole o limite constante da regra formal.



11) Acerca das cláusulas pétreas da Constituição da República, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) A forma federativa do estado trata-se de uma cláusula pétrea de reforma.
- b) A existência de voto direto, secreto, universal e periódico configura uma cláusula pétrea.
- c) A separação dos poderes não se trata de cláusula pétrea, pois já tivemos no Brasil o poder moderador.
- d) As emendas constitucionais legitimam as cláusulas pétreas.



12) A Constituição Federal de 1988 pode ser emendada por um procedimento do Poder Constituinte Derivado Reformador que irá reformular os dispositivos constitucionais sempre que for conveniente e necessário, haja vista a necessidade de tais dispositivos se adequarem à realidade social. Sobre as emendas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa se houver manifestação da maioria relativa dos membros de cada Casa do Congresso Nacional
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, obrigatório e periódico
- c) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros
- d) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros



13) Sobre o Poder Constituinte, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Reformador é incondicionado e ilimitado.
- b) Originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, provocando uma ruptura com a ordem jurídica anterior.
- c) Dos estados-membros é incondicionado e ilimitado juridicamente.
- d) Reformador pode suprimir cláusulas pétreas.
- e) Decorrente é o conferido aos municípios dos territórios.



14) O poder constituinte pode ser conceituado como o poder de elaborar ou atualizar uma Constituição. A titularidade desse poder pertence ao povo, como aponta a doutrina moderna. Sobre as proposições em relação ao tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Recepção é um processo abreviado de criação de normas jurídicas, pelo qual a nova Constituição adota as leis já existentes, se com ela compatíveis, dando-lhes validade e evitando o trabalho de se elaborar toda a legislação infraconstitucional novamente. Já a desconstitucionalização ocorre quando as normas da Constituição anterior permanecem em vigor, desde que compatíveis com a nova ordem, mas com status de lei infraconstitucional.
- b) O poder constituinte originário tem como principais características ser: inicial, ilimitado e incondicionado; já o poder constituinte derivado, por sua vez, possui as seguintes características principais: subordinado, condicionado e limitado.
- c) Há possibilidade de se apontar duas formas básicas de expressão do Poder Constituinte originário: Assembleia Nacional Constituinte e Movimento Revolucionário (outorga).



d) O poder constituinte derivado revisor consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-administrativa, de se auto-organizarem através de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as limitações estabelecidas pela Constituição Federal.

e) O poder constituinte difuso dá fundamento ao fenômeno denominado de mutação constitucional. Por meio dela, são dadas novas interpretações aos dispositivos da Constituição, mas sem alterações na literalidade de seus textos, que permanecem inalterados.



15) O poder que enseja a elaboração da Constituição de um Estado-membro da federação, organizando o arcabouço constitucional daquela unidade federada, é denominado

- a) poder constituinte derivado decorrente reformador normal.
- b) poder constituinte derivado decorrente institucionalizador.
- c) poder constituinte derivado decorrente revisional anômalo.
- d) poder constituinte derivado decorrente reformador anômalo.
- e) poder constituinte derivado decorrente revisional normal.



16) Imagine que 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados apresentou proposta de Emenda Constitucional com o objetivo de alterar o voto popular de secreto para aberto. Nesse caso, é correto afirmar que a proposta é

- a) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de emenda constitucional só pode ser apresentada por 1/3 (um terço) dos membros do Congresso Nacional, e não apenas de uma das casas.
- b) inconstitucional sob o prisma formal, pois a legitimidade para apresentação de proposta de Emenda Constitucional é reservada ao Senado, na qualidade de representante dos Estados Membros.
- c) inconstitucional sob o prisma material, pois a Constituição não poderá ser emendada para abolição do voto secreto.
- d) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição assegura apenas o voto direto, universal e periódico.
- e) constitucional, tanto sob o prisma formal como o material, já que a Constituição não assegura o voto e a forma de seu exercício como cláusula imutável.



17) A CF proíbe a deliberação de proposta de emenda constitucional que tenda a abolir

- a) a forma federativa de governo, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- b) a forma republicana de Estado, por se tratar de cláusula pétrea implícita.
- c) a separação dos poderes, por se tratar de cláusula pétrea expressa.
- d) o regime democrático e a autonomia municipal, por se tratar de cláusulas pétreas expressas.
- e) o sistema presidencialista de governo, por se tratar de cláusula pétrea implícita.



18) Enquanto o Poder Constituinte Originário é a potência que funciona na etapa de elaboração genuína do texto básico, o Poder Constituinte Derivado Reformador

- a) é uma competência que fica submetida ao Poder Constituinte Originário e ao Poder Legislativo Comum.
- b) destrói a ordem jurídica existente, implantando outro ordenamento, recorrendo, até mesmo, ao recurso da força.
- c) é a competência que atua na etapa de continuidade constitucional, reformulando a Carta Constitucional.
- d) haure sua força em si mesmo, é autossuficiente, prescindindo de prescrições jurídico-positivas para embasá-lo.
- e) surge das relações político-sociais, porque seu fundamento reside nas necessidades econômicas, culturais, antropológicas, filosóficas, entre outras, da sociedade.



19) É correto afirmar sobre a emenda à constituição:

- a) A proposta de emenda constitucional rejeitada poderá, a qualquer tempo, ser reeditada.
- b) O presidente do Senado é parte ativa legítima para propor emenda à constituição.
- c) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.
- d) A emenda constitucional aprovada deverá ser sancionada, em até quinze dias úteis, pelo Presidente da República.
- e) Considera-se aprovada a emenda à constituição que obtiver três quintos dos votos do Congresso Nacional.



20) Foi apresentada proposta de emenda constitucional subscrita por um terço dos Deputados Federais. A proposta almeja criar um imposto e contém disposição expressa determinando a sua cobrança em relação a fatos geradores ocorridos no mesmo exercício financeiro, excepcionando, com isso, a vedação contida no Art. 150, III, b, da Constituição da República de 1988. À luz da sistemática constitucional a respeito dos limites materiais e formais ao exercício do poder reformador, a proposta:

- a) não afronta os limites materiais, pois somente os direitos e garantias individuais previstos no Título II da Constituição não podem ser alterados via emenda;
- b) afronta os limites formais, pois a proposta de emenda deveria ser apresentada, conjuntamente, por um terço dos Deputados Federais e um terço dos Senadores;
- c) não afronta os limites materiais, pois a vedação à cobrança de imposto em relação a fatos geradores ocorridos no mesmo exercício financeiro não configura direito individual;
- d) afronta os limites materiais, pois quaisquer direitos e garantias individuais previstos na Constituição, mesmo fora do Título II, devem ser respeitados pelo poder reformador;
- e) afronta os limites formais, pois somente o Presidente da República pode apresentar propostas de emenda que criem tributos.



21) Após regular tramitação, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram Proposta de Emenda à Constituição, tendo o Presidente do Congresso Nacional a encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, que a sancionou em parte e, nessa parte, promulgou-a. Por considerar que o processo legislativo adotado destoara daquele previsto na Constituição da República de 1988, o Partido Político X solicitou que o Supremo Tribunal Federal reconhecesse a existência de vício formal na Emenda Constitucional. À luz da narrativa acima e da sistemática constitucional, o Partido Político X:

- a) não tem razão, já que o processo legislativo que culminou com a promulgação da Emenda X foi plenamente regular, não apresentando vício formal;
- b) tem razão, já que somente o Senado Federal possui competência para discutir e votar as propostas de emenda constitucional;
- c) tem razão, já que a atuação do Presidente da República deveria ter-se limitado à sanção, competindo a promulgação ao Presidente do Senado Federal;
- d) tem razão, já que a atuação do Presidente da República deveria ter-se limitado à promulgação, não havendo espaço para sanção ou veto;
- e) tem razão, já que a Emenda X deveria ter sido promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado Federal, sem qualquer participação do Presidente da República.



Após longa e intensa luta revolucionária, liderada por Carlos Magno, proclamou-se a independência de uma área territorial, denominada até então Favela da Borboleta, e de seus habitantes em relação a um Estado soberano da América Latina. Carlos, imediatamente, convocou eleições, entre os habitantes da favela, visando à escolha de quinze membros da comunidade para compor uma Assembléia Constituinte, cuja função era elaborar o texto da Constituição da República Federativa das Borboletas. Tal constituição foi, então, elaborada e continha regras referentes à organização política e administrativa do novo Estado, bem como as regras garantidoras das liberdades fundamentais de seus habitantes. Entre as regras de organização, previu-se a divisão do território em três estados-membros com as constituições próprias, a serem elaboradas segundo os princípios da Constituição maior. Previu-se, também, a possibilidade de revisão da Constituição da República Federativa das Borboletas, por procedimento especial distinto da legislação ordinária, ficando vedada a revisão na hipótese de decretação de estado de sítio ou de defesa, bem como em determinadas matérias referentes às liberdades fundamentais dos membros da comunidade.



22) Considerando a situação hipotética descrita no texto e a doutrina constitucional, julgue os itens a seguir:

- 1 – () O poder que constituiu a República Federativa das Borboletas pode ser considerado poder constituinte originário.
- 2 - () O poder constituinte originário tem como características fundamentais ser inicial, limitado e incondicionado.
- 3 – () A Constituição da República Federativa das Borboletas pode ser considerada uma constituição escrita e flexível, uma vez que admite a revisão de seu texto em situações determinadas.
- 4 – () A assembléia que elaborou a Constituição da República Federativa das Borboletas detinha titularidade e o exercício do poder constituinte, que lhe foram conferidos por Carlos Magno.
- 5 – () A Constituição da República Federativa das Borboletas impõe ao poder constituinte derivado limitações circunstanciais e materiais, mas não temporais.



23) Ainda considerando a situação hipotética descrita no texto e a doutrina constitucional, julgue os itens abaixo:

1 – () O processo usado por Carlos Magno para positivar a Constituição da República Federativa das Borboletas foi a outorga, tendo em vista sua origem revolucionária.

2 – () Em sentido jurídico, revolução é o rompimento de uma ordem jurídico-constitucional, que retira a eficácia de uma constituição em vigor, abrindo caminho ao poder constituinte originário para implantar uma nova constituição.

3 – () Com base na doutrina constitucional, com a publicação da Constituição da República Federativa das Borboletas, extingue-se o poder constituinte originário que lhe deu vida, passando a regência do Estado às mãos do poder constituído.

4 – () A Constituição da República Federativa das Borboletas previu, no seu texto, tanto manifestações do poder constituinte derivado reformador quanto do poder constituinte derivado decorrente.

5 – () Do reconhecimento de um poder constituinte originário decorre a idéia de supremacia constitucional e, do reconhecimento desta, o imperativo do controle de constitucionalidade.

 **d /concursos**